

AVISO

VACINAÇÃO ANTI-RÁBICA E IDENTIFICAÇÃO ELECTRÓNICA 2025

Fernando Pereira Monteiro, Médico-Veterinário Municipal de Proença-a-Nova, avisa os detentores de cães que se irá proceder à vacinação anti-rábica e identificação electrónica dos cães com mais de três meses de idade, nos dias e locais designados:

- Taxa de Vacinação – 10€
- Boletim Sanitário de Cães e Gatos – 1€
- Registo (Taxa SIAC) – 3€
- Identificação Electrónica – 0€

FREGUESIAS	POVOAÇÕES	DIA	MÊS	HORA
SOB. FORMOSA e ALVITO	Fórneas	09	Outubro	8.00h
SOB. FORMOSA e ALVITO	Esfrega	09	Outubro	8.30h
SOB. FORMOSA e ALVITO	Herdade	09	Outubro	8.30h
SOB. FORMOSA e ALVITO	Dáspera	09	Outubro	8.45h
SOB. FORMOSA e ALVITO	Mó	09	Outubro	9.00h
SOB. FORMOSA e ALVITO	Alvito	09	Outubro	9.30h
SOB. FORMOSA e ALVITO	Sobrainho dos Gaios	09	Outubro	10.00h
SOB. FORMOSA e ALVITO	Cerejeira	09	Outubro	10.30h
SOB. FORMOSA e ALVITO	Sobral Fernando	09	Outubro	15.30h
SOB. FORMOSA e ALVITO	Maxiais	09	Outubro	15.45h
SOB. FORMOSA e ALVITO	Giesteiras Fundeiras	09	Outubro	16.00h
SOB. FORMOSA e ALVITO	Giesteiras Cimeiras	09	Outubro	16.15h
SOB. FORMOSA e ALVITO	Sesmos	09	Outubro	16.30h
SOB. FORMOSA e ALVITO	Ripanço	09	Outubro	16.45h
SOB. FORMOSA e ALVITO	Pereiro	09	Outubro	17.00h
SOB. FORMOSA e ALVITO	Figueira	09	Outubro	17.30h

Nos cães, a falta de vacina antirrábica válida, devidamente certificada no boletim sanitário do animal ou passaporte, bem como a falta de cumprimento das medidas determinadas pela DGAV para o controlo de outras zoonoses dos canídeos, constituem contraordenação, de acordo, respetivamente, com as alíneas a) e b) do n.º 3, do art.º 14º do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro, puníveis com coima de € 50 a € 3.740 ou € 44.890, consoante o agente seja pessoa singular ou coletiva.

A falta de identificação eletrónica devidamente certificada no boletim sanitário do animal, DIAC ou Passaporte de Animal de Companhia, em todos os casos em que esta seja obrigatória, constitui contraordenação, de acordo com o n.º 1 da alínea a) do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 82/2019, de 27 de junho, punível com coima de € 50 a € 3.740 ou € 44.890, consoante o agente seja pessoa singular ou coletiva.